

## **CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

### **AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO ANTIQUEDA**

**TA\_23\_I08\_CI\_B\_004\_SSE**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Junho 2023**

## **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as Cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal Aquisição de Equipamentos e Serviços Associados a Trabalhos em Altura e Profundidade, em conformidade com o definido nos seus Anexos I e II que dele fazem parte integrante.

## **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

### **Contrato**

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) interessados(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e os seus Anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo Código prevalecem sobre todos os documentos previstos no número I da presente Cláusula.

## **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

### **Prazo Contratual**

O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da data da sua celebração, mantendo-se em vigor pelo prazo inicial de I (*um*) ano, renovável I (*uma*) vez, pelo prazo de 6 (*seis*) meses, salvo oposição de alguma das Partes endereçada à outra Parte com uma antecedência mínima de 60 (*sessenta*) dias face ao termo do prazo inicial, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da sua cessação.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

##### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações principais do Cocontratante**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
- a) Fornecer os Equipamentos de Proteção Antiqueda identificados na Lista de Preços Unitários, no prazo de 30 (*trinta*) dias corridos, após a data de envio da nota de encomenda pela Tejo Atlântico, devendo os mesmos ser acompanhados dos respetivos Manuais de Utilização e Certificado/Declaração de Conformidade CE. No caso de equipamentos a serem fornecidos com componentes associados, deve ser considerado o fornecimento integral, isto é, equipamento e componentes associados;
  - b) Executar, sempre que solicitado pela Tejo Atlântico, os serviços de deslocações técnicas às infraestruturas e elaborar os relatórios de verificação e de instalação, tecnicamente fundamentados e acompanhados de propostas de soluções a implementar;
  - c) Prestar os serviços referidos na alínea anterior a qualquer hora dos 7 (*sete*) dias da semana, em cumprimento dos seguintes prazos máximos:
    - I. Serviços qualificados como urgentes pela Tejo Atlântico - 24 (*vinte e quatro*) horas após solicitação escrita da Tejo Atlântico;
    - II. Serviços qualificados como não urgentes pela Tejo Atlântico - 20 (*vinte*) dias após a receção da nota de encomenda para o efeito enviada pela Tejo Atlântico;
  - d) Onde tal se preveja necessário, garantir a deslocação de técnicos qualificados para a execução dos serviços, bem como a disponibilidade imediata de todos os equipamentos e materiais para o efeito necessários;
  - e) Provir os seus técnicos operacionais dos materiais e equipamentos técnicos de segurança necessários a realização dos serviços (equipamentos de proteção individual e coletiva), devidamente certificados;
  - f) Possuir 1 (*um*) Coordenador e 4 (*quatro*) técnicos operacionais, com experiência mínima superior a 2 (*dois*) anos, no desenvolvimento de funções no âmbito de trabalhos em altura e

espaços confinados e, no mínimo, 1 (um) elemento habilitado com CAP de TSST, formação certificada em “Trabalhos em Altura e Espaços Confinados” e experiência no setor das águas, em particular nas atividades de saneamento, a afetar em qualquer intervenção nas instalações da Tejo Atlântico;

- g) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- h) Garantir que todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos apresentados estejam integralmente redigidos em português;
- i) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações relativas às condições da aquisição de bens e serviços associados, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que lhe sejam solicitados pela Tejo Atlântico;
- j) Possuir todas as autorizações, aprovações e licenças necessárias para o cumprimento das suas obrigações contratuais, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;
- k) Identificar necessidades de equipamentos, no seguimento de deslocações técnicas às infraestruturas da Tejo Atlântico, com elaboração de relatórios, com a devida fundamentação técnica da proposta de soluções a implementar;
- l) Garantir a adequada sensibilização sobre os equipamentos fornecidos, nomeadamente sobre a correta utilização, manuseamento e conservação, de acordo com as especificações técnicas, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- m) Garantir que os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva Antiqueda a fornecer se encontram devidamente certificados, com indicação e dentro do prazo de validade e data de fabrico correspondente ao ano de aquisição ou do ano imediatamente anterior;
- n) Elaborar e entregar os Relatórios de Instalação e Certificação dos Equipamentos para Trabalhos em Altura e Profundidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a data de instalação no local. Os referidos relatórios deverão ser disponibilizados, por Centro Operacional, por infraestrutura e zona, em formato digital (.xlsx e .pdf), mediante modelo a ser definido no arranque do contrato, com os registos da data de instalação, número de série, data de fabrico e fotografia de cada equipamento instalado;
- o) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);

- p) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no site da empresa [https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas\\_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03\\_manual\\_de\\_fornecedores\\_adta.pdf](https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf);
  - q) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do número 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens e à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### Cláusula 5.ª

#### Conformidade, operacionalidade e entrega dos bens

- 1. O Cocontratante obriga-se a entregar à Tejo Atlântico os bens objeto do contrato, de acordo com as especificações técnicas definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2. A entrega dos bens deverá ser realizada nas instalações da Tejo Atlântico, identificadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, nas condições e no prazo indicado na alínea a) do número 1 da Cláusula 4.ª.
- 3. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização.
- 4. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
- 5. O Cocontratante é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
- 6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega, com a respetiva instalação, se aplicável são da responsabilidade do Cocontratante.

## Cláusula 6.<sup>a</sup>

### Verificação dos bens e dos serviços

1. Efetuadas as entregas dos bens previstos na alínea a) do número 1 da Cláusula 4.<sup>a</sup>, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, à verificação qualitativa e quantitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se reúnem as especificações definidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada e se configuram as quantidades solicitadas, bem como outros requisitos exigidos na lei.
2. Durante a fase de verificação, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar por colaboradores devidamente credenciados para o efeito.
3. Realizadas as prestações de serviços previstas na alínea b) do número 1 da Cláusula 4.<sup>a</sup>, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis após entrega dos relatórios respetivos, à sua verificação qualitativa, com vista a verificar se possuem toda a informação exigida.

## Cláusula 7.<sup>a</sup>

### Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de a verificação prevista na Cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens, bem como a sua conformidade com as exigências legais, no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, ou no caso de não comprovar a conformidade dos serviços objeto do contrato a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico:
  - a) Às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos;
  - b) À reformulação dos Relatórios da prestação de serviços produzidos, incluindo neles toda a informação ou fundamentação técnica em falta, repetindo, se para tal for necessário, sem qualquer custo adicional para a Tejo Atlântico, as deslocações técnicas às infraestruturas.
3. Após a realização das reparações, substituições ou alterações necessárias pelo Cocontratante no prazo respetivo, a Tejo Atlântico procede a nova verificação, nos termos da Cláusula anterior.

## **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

### **Aceitação dos bens e serviços e transferência da propriedade**

1. Caso a verificação a que se refere a Cláusula 6.<sup>a</sup> comprove a total operacionalidade dos fornecimentos e dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as especificações e quantidades definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, de imediato, um Auto de Receção, assinado pelos representantes do Cocontratante e da Tejo Atlântico.
2. Com o Auto de Recção a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens e dos serviços objeto do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem, quanto aos primeiros, sobre o Cocontratante.
3. A assinatura do Auto a que se refere o número 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens e serviços objeto do contrato com as exigências legais ou características, especificações e requisitos técnicos previstos neste Caderno de Encargos que, comprovadamente, se venham a verificar.

## **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

### **Garantia Técnica**

1. Nos termos da presente Cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante todos os bens objeto do contrato pelo prazo de 3 (três) anos contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e especificações e quantidades definidos no Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local

da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a Tejo Atlântico tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente Cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Tejo Atlântico e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Garantia de continuidade de fabrico**

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de garantia dos bens.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



## **Cláusula 12.ª**

### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente Cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

## SECÇÃO II

### OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a 200.000,00€ (*duzentos mil euros*).
2. Pelo fornecimento dos bens e pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço resultante da aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada aos bens efetivamente fornecidos e aos serviços efetivamente prestados, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da Cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
2. Para efeitos do número anterior, as obrigações de pagamento consideram-se vencidas com a emissão dos autos de receção previstos no número 1 da Cláusula 8.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.
3. Os pagamentos serão efetuados de acordo e em função das quantidades efetivamente realizadas, tendo por referência a lista de preços unitários adjudicada, não havendo obrigatoriedade de solicitação de quantidades mínimas, sendo as quantidades referidas na lista de preços unitários meramente indicativas.
4. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o este Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. O não pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Faturação**

1. As faturas a apresentar pelo Fornecedor à Tejo Atlântico, emitidas em formato EDI e em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
  - a) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
  - b) No caso de fornecimento de bens, identificar os bens fornecidos, o(s) local(is) de entrega e as respetivas quantidades;
  - c) No caso de prestação de serviços, identificar os locais de realização dos serviços e o período a que se referem;
  - d) Indicar o preço unitário e o preço global;
  - e) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na Cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer

cobrança adicional.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

###### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pela gestora do contrato designada pela Tejo Atlântico:

Gestora do contrato: Ana Ferreira

Morada: Fábrica de Água da Charneca, Estrada Volta da Charneca, 2510-191 Óbidos

Telefone nº 262 955 600

Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt

2. No exercício das suas funções, a gestora pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso a gestora do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitada a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **CAPÍTULO III**

#### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

###### **Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do número 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no número 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Sanções Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Tejo Atlântico pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos equipamentos referido na alínea a) do número I da Cláusula 4.ª do presente Caderno de Encargos, que se traduza em um atraso igual ou superior a 20 (*vinte*) dias, será aplicada uma sanção de até 0,5% do preço contratual;
  - b) Pelo incumprimento, do prazo referido na alínea b.I) do número I da Cláusula 4.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de até 1,0% do preço contratual por cada período de 24 (*vinte e quatro*) horas de atraso;
  - c) Pelo incumprimento do prazo referido na alínea b.II) do número I da Cláusula 4.ª do presente Caderno de Encargos, que se traduza em um atraso igual ou superior a 15 (*quinze*) dias, será aplicada uma sanção de até 0,5% do preço contratual;
  - d) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos Relatórios de Instalação e Certificação de EAQ, referido na alínea I) do número I da Cláusula 4.ª do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de até 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico tem em consideração, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
4. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
6. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente Cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente Cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A Parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do número 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

### **Cláusula 23.ª**

#### **Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
- a) Em caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens ou na prestação dos serviços, por um prazo superior a 60 (*sessenta*) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega ou prestação dos serviços excederá esse prazo.
  - b) Atraso na execução de serviços urgentes superior a 5 (*cinco*) dias;
  - c) Atraso na execução de serviços não urgentes superior a 60 (*sessenta*) dias;
  - d) Atrasos na entrega dos Relatórios de Instalação de EAQ superior a 45 (*quarenta e cinco*) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da sanção referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 21.<sup>a</sup> relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no número 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista a alínea c) do número 1 do referido artigo 332.º do CCP, o direito da resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, devendo ser detentor, designadamente, de:
  - a) Seguro de Responsabilidade Civil, que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
  - b) Seguro de Acidentes de trabalho, por parte dos membros da equipa designada.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, entre a gestora designada pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 19.<sup>a</sup>, e o Cocontratante para os contatos identificados em declaração do Cocontratante nos termos do **Anexo VII** do Programa de Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português, designadamente pelo CCP, que é aplicável em tudo o omissis e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

## **ANEXO I**

### **INSTALAÇÕES**

(Documento Autónomo)

**ANEXO II**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

(Documento Autónomo)